

CORPO-TERRITÓRIO: FEMINISMOS QUE BROTAM DA TERRA

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023.

Letícia Albuquerque¹

Marcela de Avellar Mascarello²

A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim (HOOKS, 2017, p. 86).

Corpos, Territórios e Feminismos é um livro organizado por Delmy Tania Cruz Hernández e Manuel Bayón Jiménez o qual conta com a contribuição de diversas autoras e autores latino-americanos que se encontraram no grupo de trabalho ‘Cuerpos, Territórios y Feminismos’, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO)³. A obra é, portanto, fruto da partilha de saberes realizada entre teóricos e ativistas da América Latina, os quais têm discutido e lutado contra o patriarcado, o capitalismo e o racismo estrutural do sistema político-econômico-social. A obra possui 400 páginas que, conforme os organizadores, estão “fora dos cânones individuais do conhecimento” (Hernández; Jiménez, 2023, p. 25), uma vez que o conhecimento ali situado se deu a partir da interação com outros coletivos, organizações e pessoas, em um processo de coedição que terminou em 2018. O livro foi publicado originalmente em espanhol, e a versão em português foi publicada pela editora Elefante em 2023.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição–NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Direito - Universidade Federal de Santa Catarina; Professora Associada dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Direito - Universidade Federal de Santa Catarina; E-mail: laetitia.ufsc@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4917-2869>.

2 Doutoranda em Direito - Universidade Federal de Santa Catarina; Pesquisadora do Observatório de Justiça Ecológica - Universidade Federal de Santa Catarina; E-mail: mascarellomarcela@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6964-6382>.

3 Segundo o site da Clacso, o grupo é formado por 32 membros de diferentes países: “Actualmente somos 32 integrantes de México, Guatemala, Nicaragua, Colombia, Ecuador, Perú, Brasil, Uruguay, Argentina, Estado Español, Alemania, Canadá. La mayoría somos parte de los movimientos sociales feministas, ecologistas, de izquierdas en nuestros países y continuamente estamos pensando en crear puentes entre la academia crítica y el movimiento social de Abya Yala”.

O livro inicia com o prefácio da Raquel Gutiérrez e com a introdução dos organizadores da obra. Os artigos são divididos em três partes: Parte I- Perspectivas político-teóricas, com oito artigos; Parte II- Propostas e aplicações metodológicas, com seis artigos e Parte III- Diálogos, com cinco artigos. São 19 artigos escritos a partir de vivências que articulam teoria e prática em diversos territórios da América Latina como: Equador, México, Argentina, Guatemala, Uruguai e Nicarágua.

Todos os textos são arraigados no território⁴ e possuem uma abordagem política. Apesar de suas particularidades, comungam de uma postura teórico-metodológica transversal a partir das noções de gênero, raça/interculturalidade e classe, para combater as amarras do patriarcado, da colonialidade e do capitalismo. Muitas vezes partem de experiências pessoais de vida, militância e pesquisa, de um território específico para chegar num discussão mais ampla. É que na perspectiva feminista, o pessoal é político, é lugar de transformação e (re)produção das relações. Cada vivência tem muito a contar e a contribuir no processo de aprendizado e de transformação social.

O livro tem um viés ecofeminista, porquanto busca “explicar e transformar o sistema de dominação e violência atual com foco na crítica do patriarcado e da superexploração da natureza, entendidas como parte de um mesmo fenômeno” (Beltrán, 2019, p. 113); um ecofeminismo do sul, uma vez que questiona a razão dicotômica e androcêntrica do desenvolvimento, sempre relacionando tais ideias ao capitalismo e à colonialidade. É, sobretudo, um ecofeminismo latino-americano, que surge dos territórios em re-existência.

Dentre os apontamentos dos textos, há uma crítica à concepção essencialista de Pacha Mama como sinônimo de Mãe Terra. Nessa perspectiva, atribuir gênero e maternidade à Terra é uma visão binária, antropocêntrica, reducionista, machista e patriarcal, já que pressupõe que a Terra teria que “dar suporte, aguentar, entregar, sacrificar ou reproduzir até a saciedade tudo aquilo que o capital ou qualquer outro sistema depredador precisa” (Ruales; Zaragocin, 2023, p. 291).

Essa é uma crítica ao neoliberalismo e ao avanço do extrativismo, desde uma perspectiva interseccional, a partir da ideia de corpo-território. É, também, uma homenagem às mulheres que, nessa dinâmica do conflito, “re-existem, atuam e reagem a partir de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico” (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022, p. 7, tradução própria)⁵.

⁴ García-Torres; Vázquez; Hernández; Jiménez (2023, p. 40) aclaram que usam o termo “território não só como espaços biofísicos e geográficos, mas também como espaços de vida social, cultural e corporal”.

⁵ No original: “re-existen, actúan y reaccionan a partir de un lugar propio, tanto geográfico como epistêmico”.

Ao articular essas experiências, o livro é, ainda, um guia; uma cartilha que aborda, de forma sensível, diferentes vivências e nos ensina que só a luta e a resistência trazem a perspectiva de enfrentamento ao modelo colonial-capitalista-patriarcal e a possibilidade de concretização de um pluriverso; ou, como defendem os zapatistas, “de um mundo em que caibam muitos mundos”.

Como explica Svampa (2019), o neoextrativismo se constitui nas formas de extrativismo no século XXI, caracterizadas pelo aumento na escala dos projetos, inserção de novas atividades, atores nacionais e transnacionais envolvidos, flexibilização da legislação ambiental, criminalização dos ativistas ambientais, avanço das fronteiras, novas formas empresariais de atuar, mas, também, pela resignificação dos valores dos povos em re-existência, que criam novas linguagens e narrativas em defesa da terra; do território; dos bens comuns; da natureza (Svampa, 2019). O corpo-território é uma dessas narrativas de re-existências ao extrativismo e à espoliação dos corpos e territórios que se dá em cada canto da América-latina.

A ideia de corpo-território é, portanto, autóctone de Abya Yala⁶, se trata de uma *práxis* que foi conceituada. É a inseparabilidade do corpo-terra do corpo-mulher; é entender que, assim como o território, o corpo também se constrói socialmente; que o que adoece a terra, também adoece o corpo da mulher (e vice-versa); é também, entender que, onde houver a ameaça ao corpo-território, haverá re-existência.

Na introdução, as autoras retomam Butler para entender que a ontologia do que é considerado uma vida está baseada em um projeto moral, e não ético. Assim, haveria vidas que merecem ser choradas e outras não. Esse mundo moderno/colonial de gênero (Lugones, 2020) construiu a moral de que as vidas de sujeitos e sujeitas latino-americanas estariam alijadas de uma existência. Nesse sentido, esse projeto propõe-se a uma ruptura e busca por justiça epistêmica ao “devolver o protagonismo àquelas e àqueles que sempre lutaram pela vida e por seus territórios com o propósito de construir mundos possíveis e dignos para todos os seres que habitam este planeta” (p. 22).

Na primeira parte do livro, as autoras buscam compreender como e por que ocorre a (re)patriarcalização dos territórios em contextos neoextrativistas e como se expande a relação entre patriarcado, colonialidade e capitalismo. Consideram a existência de 5 dimensões da (re)patriarcalização do território: política, econômica, ecológica, cultural e corporal. Verificam que, mesmo

⁶ Nome utilizado pelos indígenas Kuna do Panamá em referência à territorialidade que, posteriormente, viria a ser colonizada como América. Em idioma Kuna significa “terra em plena maturidade” (Garcia-Torres; Vázquez; Hernández; Jiménez, 2023, p. 34).

em contextos autodenominados socialistas, não há uma mudança na matriz de racionalidade; modifica-se a forma de administrar o sistema, mas não o sistema em si. Assim, independente da administração, as comunidades seguem criminalizadas pela “luta em defesa de seus rios, montanhas, *ejidos*, *chacras*, *milpas* e florestas” (Hernández; Jiménez, 2023, p. 22-23).

É justamente para as sujeitas e sujeitos que possuem formas de ser e viver disruptivas e que lutam pela defesa de seus territórios que se dirigem os quatro pilares do modo de produção capitalista: exploração, expropriação, criminalização e ódio. É também sobre os seus territórios, os quais foram cultuados e protegidos da invasão colonial e capitalista ao longo dos últimos séculos, que avançam as fronteiras do capital, já que neles abundam recursos naturais.

Pensar a relação das mulheres indígenas, quilombolas e de outros povos tradicionais a partir da ideia do corpo-território ajuda a “visibilizar as relações entre a violência sobre os corpos das mulheres e os processos globais de expropriação de territórios” (Garcia-Torres; Vázquez, Hernández; Jiménez, 2023, p. 33), visto que “a aliança patriarcal é fundamental para a implementação de projetos extrativistas” (Garcia-Torres; Vázquez; Hernández; Jiménez, 2023, p. 37).

O trabalho assalariado masculino é uma forma de integração dos homens da comunidade aos cânones de masculinidade hegemônica, os outorga mais poder no contexto familiar e, ainda, aumenta o trabalho de cuidado (os problemas ambientais trazem novos desafios ao seio da comunidade – injustiças ambientais –, e a contratação massiva de homens agrava a feminização da reprodução social), a violência (importação de homens de outros territórios, militarização, etc. resultam em uma masculinização do território e dos espaços públicos, gerando medo e o cercamento social das mulheres, que ficam cada vez mais circunscritas ao espaço doméstico. Há também aumento de prostíbulos, tráfico de mulheres, aumento da violência sexual, etc.), gera perda de soberania alimentar e, ao destruir as economias comunitárias, gera dependência econômica da atividade extrativista. Dessa forma, a natureza e os corpos das mulheres são coisificados, considerados apropriáveis e sacrificáveis em prol da acumulação de capital. Portanto, “a defesa do território-terra não é possível sem a recuperação emancipatória de seus corpos – sexualizados e racializados, e continuamente violentados” (Garcia-Torres; Vázquez; Hernández; Jiménez, 2023, p. 45).

Como ensina Segato (2016) os crimes sexuais são utilizados para devastação física e moral, destruindo assim o tecido social, através da pedagogia da crueldade. Os treinamentos militares e paramilitares, presentes

nos territórios de extrativismo, tem cada vez mais ensinado uma visão externa à natureza e aos corpos, no mesmo sentido da colonialidade e do apagamento do outro, a fim de justificar a dominação, colonização e espoliação dos corpos-territórios.

Em que pese toda a sobrecarga e violência imposta a essas mulheres, são elas que têm se destacado na resistência ao extrativismo capitalista e patriarcal e é justamente a vida cotidiana a estratégia de defesa. É na vida cotidiana que as mulheres organizadas “reproduzem a vida social e material, vivenciam as várias formas de violência e criam estratégias para a defesa do território” (Hernández, 2023, p. 60). São as mulheres indígenas, quilombolas, de povos tradicionais e feministas que estão na frente contra a mineração, a exploração petroleira, os agrotóxicos, o extrativismo da soja, o extrativismo urbano, os feminicídios e as violências contra as mulheres.

Ainda que se tenha optado metodologicamente nesta resenha não trazer capítulo por capítulo, por suas particularidades e representatividade, algumas experiências merecem ser mencionadas. É o caso das indígenas equatorianas que marcharam por cerca de 250 quilômetros para defender o Parque Nacional Yasuní da exploração petroleira.

Em 2013, cerca de 200 (duzentas) mulheres indígenas marcharam da selva amazônica do Equador até Quito para defender o *Kawsak Sacha*, a Floresta Viva. Elas temiam que os homens das comunidades entrassem em negociação e por isso tomaram a iniciativa. “Em posição subalterna, elas exercem táticas cotidianas para equilibrar a colonialidade da subordinação de gênero e estabelecer alianças” (Cova; Jiménez, 2023, p. 142). Anteriormente, entre o final dos anos 1990 e 2000, os homens da comunidade de *Sarayaku* haviam cedido. Naquela ocasião, diante do seu afastamento das mesas de negociação e sabendo que para elas sobraria apenas a dependência, contaminação e a sobrecarga de trabalho, fizeram greve das pernas cruzadas e se recusavam a fazer a chicha (bebida fermentada à base de cereais). Em 2003, cercaram o exército e tomaram suas armas. Para devolver o armamento, chamaram a imprensa, se posicionaram em frente ao general e gritaram com firmeza, tornando-se símbolo de resistência anti-petroleira. “A luta das mulheres tem como objetivo politizar a floresta diante da espoliação capitalista e politizar a união das mulheres contra as violências que expropriam seus territórios e também o seu corpo” (Cova; Jiménez, 2023, p. 149).

No mesmo sentido, a obra cita a reivindicação das mulheres indígenas que se consolidou na forma de artigos da Constituição do Equador (2008). Através das propostas que saíram de indígenas da região de Chimbarazo, houve a garantia constitucional de que o direito consuetudinário dos povos

indígenas não poderá violar os direitos constitucionais das mulheres, crianças e adolescentes (art. 57) e que haverá participação e decisão das mulheres nas instâncias judiciais das comunidades de povos indígenas (art. 171). O direito comunitário não pode usar da autodeterminação para oprimir e violentar as mulheres. “O território livre de violência contra as mulheres se enquadra na defesa do território-terra e do território-corpo” (Cucurí; Lang, 2023, p. 337).

O livro também traz a perspectiva de que partes do corpo possuem territorialidades próprias em espaços dominados pela colonialidade. É o caso do útero, que tem sido utilizado pelas mulheres do povo Épera, na Província Esmeralda no Equador, para “evitar a extinção do seu povo, fazem do útero uma trincheira para evitar a morte coletiva” (Zaragocin, 2023, p. 86), conformando uma geopolítica do útero. Assim, atribuem a essa parte do corpo o poder de sobrevivência à expropriação territorial e à morte lenta.

Ademais, aborda o papel do Estado na limpeza étnica e eugenia social, a partir do caso das 56+1 meninas⁷ incendiadas no lar seguro Virgen de la Asunción na Guatemala, situação que articula juvenicídio e feminicídio; uma “crônica de mortes anunciadas”. As autoras desse capítulo revelam que a instituição possuía um sistema de controle e disciplina orientado a modificar pensamentos e se apropriar do corpo e dos territórios das adolescentes. “Seus corpos-territórios eram utilizados para comércio sexual em troca de segurança ou menos castigos” (Barrios-Klee; García, 2023, p. 128). Eram tratados como “corpos exemplificadores; disciplinados, soterrados, submissos, passivos, mortos” (Barrios-Klee; García, 2023, p. 129). Para além da degradação da instituição e vulnerabilidade física do espaço superlotado e sem as devidas inspeções, as meninas foram impedidas de sair da prisão em chamas, “flagrante atitude de ódio e desprezo que revela o sistema desumano, adultocêntrico, patriarcal e racista imperativo na institucionalidade que controla e domina os menores institucionalizados” (Barrios-Klee; García, 2023, p. 131).

Também da Guatemala é o caso das Avós de Sepur Zarco, 15 mulheres maia q’eqchi’ vítimas de violências, escravidão sexual e escravidão doméstica, durante o conflito armado interno. Essas mulheres indígenas e camponesas percorreram um longo caminho para romper o silêncio e conquistar justiça. A invasão do corpo-território daquelas mulheres nos anos 1980 constituiu-se com uma estratégia militar do Exército da Guatemala em uma pedagogia da crueldade (Segato, 2016). Mais uma vez, revela-se a escravidão doméstica e sexual como forma de romper o tecido social e degradar as relações

⁷ Foram 56 meninas incendiadas no Lar Seguro Virgen de la Asunción, e uma estava grávida.

produtivas e reprodutivas comunitárias, significando uma morte social. Esse é um caso que revela o “Estado patriarcal, racista, colonial e contrário aos corpos historicamente mais oprimidos, mas também é um caso que mostra a luta constante dessas mulheres q’éqchi” por justiça digna e transformadora” (Ramazzini, 2023, p. 159). Em 2016, houve sentença condenando os militares por delitos lesa humanidade e concedendo 18 medidas de reparação para as mulheres violadas e suas comunidades. Dentre essas medidas, está incorporar o caso das mulheres de Sepur Zarco nos textos escolares, para que, através da educação e do não esquecimento, esse tipo de violações não se repitam.

O livro também traz experiências metodológicas que abrangem arte, sistematização de experiências, pesquisa empírica, pesquisa-ação com a articulação do individual e do coletivo, mapeamentos e contramapeamentos. Muitos desses artigos, através das vivências relatadas, abordam a imbricação do pessoal e do político.

Da capital do Uruguai, relata-se a experiência das Magdalenas⁸, as quais fazem uso da metodologia do teatro das oprimidas, costurando vivências, autoconhecimento, arte e política. As autoras destacam a importância de usar o corpo como manifestação, mas também resgatar e ressignificar a palavra que nos foi historicamente expropriada e é utilizada como arma pelo agressor. Outra experiência uruguaia é o coletivo minervas que utilizam da ferramenta da autoconsciência como forma de abordar os problemas pessoais em uma perspectiva política. “As autoconsciências acabaram sendo muito importantes para, com o corpo, reconhecer as violências vivenciadas e as formas de resistência geradas. Com as experiências compartilhadas, politizamos o pessoal-individual e o tornamos coletivo” (Iglesias; Lezica, 2023, p. 383).

Outro grupo, também do Uruguai, traz a experiência de extensão rural e pesquisa-ação feminista em outra região do país. O trabalho com mulheres agricultoras e pescadoras tem novos desafios, porquanto “há uma vulnerabilização do sujeito social mulheres rurais que influencia fortemente as formas de organização do trabalho” (Cagnone; Lezica, 2023, p. 237) dentro da produção familiar. Relatam as autoras que, ao proporem uma atividade de desenhar em um relógio as atividades desenvolvidas no dia a dia das produtoras e ao compartilharem entre si, houve um despertar de que, sim, eram produtoras, as atividades de reprodução que realizam importam

8 “Magdalenas é uma corrente internacional dentro da proposta metodológica do Teatro do Oprimido, a qual trabalha especificamente as opressões das mulheres em nossas sociedades patriarcais. Foi criada, impulsionada e sistematizada em 2010, por Bárbara Santos e Alessandra Vannucci, diretoras teatrais e multiplicadoras dessa metodologia” (Lezica; Paz; Jaurena; Araujo; Spinillo; Baffigo; Moraes, 2023, p. 176).

e são fundamentais para as atividades produtivas. A partir disso, surge um outro ponto que é pensar em como se organizar enquanto coletivo e dentro do núcleo familiar, questão que é apontada no texto, mas sem trazer seus desdobramentos no caso concreto.

Dois artigos trazem o caso de La Puya, na Guatemala, em que o protagonismo comunitário de povos indígenas, comunidades camponesas e, principalmente, as mulheres em re-existência barraram a mineração, tornando-se uma referência de luta. Um dos artigos traz um viés metodológico de uma pesquisa-ação, que propunha investigar as emoções dos membros do Movimento de Resistência Pacífica La Puya como forma de conhecimento, mas que, no desenrolar da pesquisa, mergulhou na experiência emocional do próprio pesquisador, defendendo a necessidade de deixar-se afetar; de ter uma postura não como sujeito epistêmico, mas como sujeito existencialmente envolvido. O outro artigo é um diálogo com a comunitária Felisa Muralles que, ao relatar aspectos da luta em seu território, busca contribuir com outras resistências, “nossa história ajuda outras resistências: nós contamos os problemas que nós tivemos para evitar que elas também passem por isso” (Rodas; Muralles, 2023, p. 306).

Há também um artigo que faz um diálogo das lutas pelo direito à terra das mulheres chiapanecas e dos ejidos, entre o território de Malpaisillo, na Nicarágua, e Chiapas e Puebla, no México. As autoras afirmam que é “fundamental que reconheçamos e nos apropriemos de como as mulheres utilizam o próprio corpo para questionar a vida diária e as estruturas de relações patriarcais e capitalistas” (Lira; Nucamendi; Gutiérrez, 2023, p. 221). Em todas as experiências relatadas, houve uma percepção dos espaços-territórios como a articulação do físico e a dimensão subjetiva dos saberes, emoções e percepções.

Por fim, dois artigos privilegiam a metodologia de mapas. Reconhecem uma crítica a como os mapas têm sido utilizados historicamente como mais uma ferramenta de poder e domínio; “para nos tornar funcionais à penetração extrativista” (Marchese, 2023, p. 270), mas sugerem (contra) mapeamentos ao entender também a potência dos mapas para seu uso contra-hegemônico. Ambos textos abordam as violências feminicidas e sexuais. Um deles traz a experiência levada a cabo no Equador, em que se construiu mapa de violência contra mulheres a partir da base de dados de jornais impressos; mapas com base a informações oficiais de violência (mapas bimensais de feminicídio) e mapa da criminalização do aborto. Associam a violência na Amazônia à chegada dos empreendimentos extrativistas, que aumentam as desigualdades e violência de gênero. O segundo artigo busca

construir metodologias participativas para que as mulheres vivam experiências corporais livres e libertadoras através de uma geografia política feminista do corpo. Propõe-se a metodologia de *esamblajes* para revelar as sobreposições de poder sobre o corpo-território feminino e para se pensar coletivamente os processos de libertação.

Apesar do livro ser uma coletânea de teoria e prática que perpassa toda a América-latina, um território inter e multicultural, existe um fio condutor que alinhava todos os textos. Apesar das diferentes realidades, das florestas e campos às cidades, das mulheres indígenas, camponesas à sociedade envolvente, das menores cumprindo pena às camponesas em intervenção militar, do Uruguai ao México, todos os textos têm, como base teórico-metodológica, a interseccionalidade (perspectiva de raça/intercultural, gênero e classe), crítica ao patriarcado, à colonialidade e ao capitalismo. Abordam, principalmente a partir das experiências, a importância da retomada do corpo como instrumento de comunicação, de re-existência e de conexão com o território. Território esse que, assim como o corpo, é construído socialmente e, assim como o corpo feminizado, é alvo de expropriação. Outro ponto que perpassa todos os textos é a discussão de que o individual também é político. Dessa forma, cada experiência contada no livro ressoa de alguma forma em cada uma de nós que lemos essas palavras e nos afetamos.

É tempo de nos afetarmos e de transformar a dor em luta. Para que nossos corpos-territórios sejam livres de toda forma de opressão.

Referências

BARRIOS-KLEE, Walda; GARCÍA, Dina Mazariegos. Identidades, corpo e territorio: o caso das 56+1 meninas incendiadas no Lar Seguro da Virgen de la Asunción. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 119-136.

BELTRÁN, Elizabeth Peredo. Ecofeminismo. SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas**: Bem-viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019, p. 113-143.

CAGNONE, Rossana Cantieri; LEZICA, Lorena Rodriguez. Olhares e caminhadas coletivas: experiências de extensão rural e pesquisa-ação feminista no leste do Uruguai. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana

de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 231-248.

COVA, Lisset; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. Kawsak Sacha: a organização das mulheres e a tradução política da floresta amazônica do Equador. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 137-156.

CUCURI, Cristina; LANG, Miriam. A violência não afeta apenas as mulheres, mas toda a comunidade. . In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 317-344.

GARCIA-TORRES, Miriam; VÁSQUEZ, Eva; HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. Extrativismo e (re)patriarcalização dos territórios. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 31-50. HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. Introdução. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 21-27.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Mulheres, Corpos e Territórios: entre a defesa e despossessão. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 51-66.

HURTADO, Lina Maria; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Resistir y re-existir. In: **GEOgraphia**, vol. 24, n. 53, 2022. p. 01-10.

IGLESIAS, Gabriela Veras; LEZICA, Lorena Rodriguez. Espelhos uma das outras: autoconsciências no coletivo minervas. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 369-384.

LEZICA, Lorena Rodriguez; PAZ, Norina Torres; JAUREMA, Cecília Duran; ARAÚJO, Agustina; SPINILLO, NOE; BAFFIGO, Lucia; MORAES, Gabriela Nuñez. Arte, Política e Transformação através d Corpo: Experiências de Magdalenas Uruguay- Teatro das Oprimidas. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 175-196.

LIRA, Elvira Cuadra; NUCAMENDI, Maurício Arellano; GOVELA-GUTIÉRREZ, Rosa H.G. Metodologias Vivas Mesoamericanas: O Corpo, a Terra e os Feminismos. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 211-230.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MARCHESE, Giulia. Subverter a geopolítica da violência sexual: uma proposta de (contra)mapeamento de nossos corpos-territórios. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 265-282.

RAMAZZINI, Ana Lúcia, As avós de Sepur Zarco e sua luta por justiça: síntese de uma sentença condenatória. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 157-176.

RODAS, Jonatan; MURALLES, Felisa. As mulheres tomam a frente das lutas: conversa com Dona Felisa Muralles do Movimento de Resistência de La Puya, Guatemala. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 297-316.

RUALES, Gabriela; ZARAGOCIN, Sofia. De-gêneros e Territórios: a Terra tem gênero. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 283-296.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficante de sueños, 2016.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

ZARAGOCIN, Sofia. A geopolítica do útero: por uma geopolítica feminista decolonial em espaços de morte lenta. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs). **Corpos, Territórios e Feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M.M Silveira e Sislene Costa da Silva. São Paulo: Elefante, 2023. p. 85-100.

Recebido em agosto de 2025.

Aprovado em novembro de 2025.